

LITERATURA E HISTÓRIA NO CONTO *INIMIGOS*, DE ALCIDES MAYA

Tomás Mendes da Silva¹
Márcia Letícia Gomes²

RESUMO: Literatura e História são conceitos que nem sempre tiveram suas definições bem delimitadas. Enquanto o primeiro termo tem sua criação a partir da imaginação, o segundo estaria ligado ao contar fatos e acontecimentos reais. Porém, as narrativas ditas históricas e ficcionais, muitas vezes, utilizaram-se uma da outra para a construção de seus respectivos textos. Um evento histórico, por exemplo, pode servir como contexto, passagens e personagens, para a construção de uma ficção. A Revolução Federalista (1893-95) foi um conflito que se iniciou no estado do Rio Grande do Sul na recém-instituída República do Brasil (1889). A disputa entre gaúchos acabou invadindo a fronteira de Santa Catarina e Paraná, além de envolver elementos uruguaios e argentinos. Estancieiros e outros com tendências monarquistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, se rebelaram contra o poder exercido pela figura de Júlio de Castilhos, republicano que recebeu apoio do Exército Nacional de Floriano Peixoto no conflito. Extremamente violenta, a rebelião serviu de cenário para o conto *Inimigos*, de Alcides Maya. Além de retratar a Revolução o texto é um exemplo da relação entre Literatura e História.

Palavras-Chave: História. Literatura. Inimigos.

LITERATURE AND HISTORY AT *INIMIGOS*, BY ALCIDES MAYA

ABSTRACT: Literature and History aren't strictly defined over time. Literature involves imagination. History tells real facts. However, Literature and History use one another to construct their discourses. A History moment can inspire a literary narrative, for example, including context and characters. The *Revolução Federalista* (1893-95) started at Rio Grande do Sul in the first years of the Republic in Brazil (1889). The fight between *gaúchos* crossed borders, arriving at Santa Catarina and Paraná, at Brazil, and other countries like Uruguay and Argentina. Gaspar Silveira Martins led those who approve Monarchy against Julio de Castilhos, republican, supported by Floriano Peixoto and the national army. This violent fight inspires the short story *Inimigos* by Alcides Maya, that describes relations between History and Literature.

Keywords: History. Literature. Inimigos.

¹Mestre em História da Literatura- FURG. RS, Brasil. tommas_mendes@msn.com

²Mestre em Letras. Universidade Federal do Rio Grande - FURG Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO. RO, Brasil. marcialeticia200@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As linhas que delimitam as fronteiras entre Literatura e História nem sempre são dadas como claras. Muito menos intransponíveis. Os dois campos do conhecimento trocam informações na construção de seus discursos. Exemplo é a Revolução Federalista, que ocorreu entre 1893 e 1895 a partir do Rio Grande do Sul (envolvendo outros estados e os vizinhos Uruguai e Argentina), inspirando narrativas ficcionais.

A Revolução é contexto presente no conto *Inimigos*, de Alcides Maya, publicado na coletânea de contos Tapera (1911). O texto retrata a divisão ideológica no seio de uma família tradicional, onde os filhos tomam partidos contrários no conflito, inclusive no *front*.

Assim, é objetivo deste estudo analisar o conto acima citado pela perspectiva das relações entre Literatura e História.

LITERATURA E HISTÓRIA

Desde sempre, História e Literatura dialogam entre si. Principalmente no que tange à não delimitação de fronteiras e conceitos, como aconteceu no passado dos dois campos do saber e ao longo do tempo. Além da discussão acerca dos termos, havia também problemas na interpretação das narrativas históricas e ficcionais. Toma-se por exemplo um texto que se propusera como histórico, ele pode sobreviver diferentes gerações como um material ficcional. E vice-versa.

Peter Burke (1997) destaca que na Grécia Antiga leitores e escritores não evidenciavam uma linha clara que separasse História e Ficção – tal apontamento é colocado na conta de uma cultura cuja fronteira entre os dois conceitos era mais aberta e/ou colocada num lugar diferente, se comparada à contemporaneidade.

O historiador inglês aponta que o Renascimento trouxe modificações importantes quanto à distinção entre História e Literatura.

Como no caso de Aristóteles, e seguindo Aristóteles, humanistas e outros fizeram distinções explícitas entre história e ficção. O humanista Bartolomeo Facio, por exemplo, declarou que “chamamos uma narrativa inventada de ‘fábula’ e uma verdadeira de ‘história’”. O pregador Girolamo Savonarola contrastava *le favole dei poeti* com a *verità di storia* (BURKE, 1997, p. 109)

Um novo gênero – a *nouvelle historique* – seria responsável por aproximar ainda mais os conceitos. A partir das peculiaridades de cada um, os escritores do XVII e XVIII procuravam obter o “efeito de realidade”, defendendo seus romances como textos históricos por apresentarem notas de rodapé e fontes, por exemplo:

A fim de dar aos leitores a impressão de que esses textos eram fontes históricas, Saint-Réal, que escrevera sobre história antes de se dedicar à ficção, incluiu notas de rodapé, ao passo que Boisguilbert afirmava estar contando a “verdade” e não escrevendo um “romance”. Na Inglaterra, Daniel Defoe usou técnicas semelhantes em seu famoso *Journal of the Plague Year* (1722), completo com estatísticas e a citação de documentos oficiais (BURKE, 1997, p. 111).

No século XIX, escritores como Victor Hugo, Alexandre Dumas e Walter Scott (para apenas citar alguns) produziram obras que buscavam reconstruir uma época e seu espírito, baseado em seus aspectos culturais – de uma forma que seus antecessores da *nouvelle historique* não haviam feito. Para Burke (1997), a importância do romance histórico oitocentista é quando as obras impactam historiadores como Macaulay e Ranke.

Porém, para o historiador Burke, o ponto nevrálgico é o momento que ele próprio se encontra teorizando sobre a relação Literatura e História – o final do século XX:

Apesar dessas transgressões locais, foi apenas na nossa época que a fronteira entre história e ficção se reabriu, como a fronteira entre a Alemanha Ocidental e Oriental. Hoje, as convenções do romance histórico, como as do romance em geral e, é claro, da historiografia, estão sendo questionadas. Esse questionamento é relacionado ao retorno de uma crise da consciência histórica (BURKE, 1997, p. 112).

O semiótico argentino Walter Mignolo afirma que o sentido da palavra “história” vai mudar a partir do século XVIII. Assim como a “literatura” entrou no sistema das “artes”, a “história” entrou no sistema das “ciências”, já concebidas, não como um saber enciclopédico acumulado e coerentemente organizado (concepção retórica), mas, sim, como um saber adquirido por meio do exame crítico da documentação ou da busca de “leis” do mundo humano (concepção científica da história), como expôs Bacon, em fins do Século XVI e começos do XVII (MIGNOLO, 1995).

No entanto, cumpre observar que definir, distinguir história e literatura não é tarefa com grau pequeno de complexidade, uma vez que até mesmo o conceito de “história”

apresenta algumas ambiguidades. Quando se fala em história, é possível estar se referindo, entre outras possibilidades, à práxis, à condição do ser humano de constituir-se construindo os caminhos; ao ato consciente de se fazer história por si só, na formação desses caminhos; e também àquela disciplina encontrada nos currículos escolares.

Já distante do tempo em que representava uma verdade inquestionável, o texto histórico permite, em suas linhas, determinados aspectos da construção ficcional, desde que para tanto sejam adotadas certas medidas:

O texto histórico comporta a ficção, desde que tomemos na sua acepção de escolha, seleção, recorte, montagem, atividades que se articulam à capacidade da imaginação criadora de construir o passado e representá-lo. Há, e sempre houve um processo de invenção e construção de um conteúdo, o que, contudo, não implica dizer que este processo de criação seja uma liberdade absoluta (PESAVENTO, 1999, p. 820).

Resultando disso, conforme a autora, uma ficção diferente:

A História, se a quisermos definir como ficção, há de se ter em conta que é uma ficção controlada. A tarefa do historiador é controlada pelo arquivo, pelo documento, pelo caco e pelos traços do passado que chegam até o presente. De certa forma, eles se “impõem” ao historiador, que não cria vestígios do passado (no sentido de uma invenção absoluta), mas os descobre ou lhes atribui um sentido, conferindo-lhe o estatuto de fonte (PESAVENTO, 1999, p. 820).

A ficção controlada se justifica porque a História, no seu intento de representar o real, aspira a ter um nível de verdade possível. Assim: “Resta, contudo, admitir que, se a História é uma forma de ficção, ela é controlada: pelos indícios recolhidos, pela testagem a que submete esses indícios, pela recorrência ao extratexto” (PESAVENTO, 1999, p. 62).

Para Paul Ricoeur (1997), um conceito também importante a ser levado em conta no que tange à discussão entre literatura e história é a liberdade do narrador. Para o pensador francês esta seria a característica mais visível para a oposição entre tempo fictício e tempo histórico.

Ricoeur destaca que o drama e o romance servem de exemplos para demonstrar a experiência fictícia do tempo. Nesses tipos de narrativas, assim como no conto aqui analisado, é possível se observar o cruzamento de personagens históricos, acontecimentos datados ou datáveis, lugares conhecidos às personagens, acontecimentos, e lugares inventados. Porém é preciso ter em conta que, mesmo contendo acontecimentos datados, as obras não têm o poder

de carregar o tempo da ficção para o espaço gravitacional do tempo histórico. Conforme Ricoeur (1997, p. 220):

Dá-se o contrário. Do simples fato de que o narrador e seus heróis são fictícios, todas as referências a acontecimentos históricos reais são despojadas de sua função de representância relativamente ao passado histórico e obedecem a estatuto irreal dos outros acontecimentos.

Já o trabalho do historiador visa à reconstrução do passado. E essa intenção acontece por meio do documento e da prova documentária que submetem o historiador *ao que, um dia, foi*. Paul Ricoeur reitera que o historiador tem uma dívida para com o passado, uma dívida de reconhecimento para com os mortos, que o transforma num devedor insolvente.

A imaginação do historiador está próxima da imaginação do romancista, mas, ao contrário deste último, o historiador desempenha dupla tarefa – construir uma imagem portadora de sentido, coerente, uma imagem dos acontecimentos da forma que aconteceram e, para isso, recorre a um método, o qual seria o elemento diferenciador entre a tarefa do historiador e a tarefa do romancista.

Ainda assim, segundo Ricoeur, existiria uma certa convergência entre uma função de *representância* – exercida pelo conhecimento histórico relativamente ao passado “real” – e uma função de *significância*, encampada pela trama ficcional, quando o ato de ler cria uma relação entre o mundo do texto e o mundo do leitor. História e ficção fazem empréstimos uma da outra, pois que a intencionalidade da narrativa histórica se faz empregando recursos de ficcionalização, recorrendo ao imaginário narrativo da mesma forma que a narrativa de ficção produz assumindo recurso de historização na reconstrução do passado. Para Ricoeur, a história se serve da ficção para refigurar o tempo e a ficção se vale da história para o mesmo fim. A ficção explicita os traços do imaginário, se enriquece pela mediação do imaginário, daí o entrecruzamento entre a história e ficção na refiguração do tempo.

A Revolução Federalista (1893-95), contexto histórico do conto aqui analisado, é um acontecimento histórico comum utilizado por diferentes, porém o conflito é ficcionalizado de forma diferente. Assim como os personagens transitam por diferentes e heterogêneas esferas temporais. Os conectores específicos utilizados pela história (o tempo do calendário, documentos, entre outros), são neutralizados e mencionados, fazendo com que toda a esfera

dos instrumentos de relação de representância possa assim ser ficcionalizada e posta na conta do imaginário.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA

A Proclamação da República chegou ao Rio Grande do Sul em meio à disputa política intensa entre o Partido Liberal – de presença marcante durante o Império – e o recém-formado Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).

Nos interesses do primeiro grupo dominava um ideal parlamentarista, em que se observava uma postura antirrepublicana e o sentimento de alguns membros ao retorno de uma monarquia. Essa pecha caía sobre Gaspar Silveira Martins. Durante a Revolução Federalista, Martins liderou (politicamente, e não nos campos de batalha) os federalistas (liberais), apelidados de maragatos. Encontrava apoio principalmente na Campanha – já que os estancieiros da região eram representantes da elite política tradicional (FAUSTO, 1998).

Já os republicanos – que receberiam a alcunha de *pica-paus* – eram chefiados por Júlio de Castilhos, que defendia uma república federalista, ligado a segmentos mais poderosos politicamente (e ao Exército Nacional) e sob a influência das teorias de Augusto Comte, o pai do Positivismo. Suas bases sociais se encontravam na Serra (destino de muitos imigrantes) e no Litoral. Era composto por uma elite mais recente que almejava também monopolizar o poder.

Ambas as agremiações partidárias travaram durante dois anos uma terrível luta fratricida, na última década do século XIX. Uma sangrenta e cruel disputa que envolveu homens, mulheres e crianças de boa parte do território gaúcho. A degola, prática que envolvia um ritual de execução aos combatentes capturados e como forma de retaliação e vingança, fora praticada pelas duas facções políticas.

Um recurso intencional e político, assim como a violência, a degola deixou fortes marcas nas tradições culturais e políticas por onde o conflito se estendeu. Tais marcas, naturalmente, se constituíram em material para a criação literária. Nesse sentido, a partir da Revolução Federalista, diversas narrativas ficcionais se constituíram como memória do evento, suas características e suas consequências. Um exemplo é o conto *Inimigos*, do escritor gaúcho Alcides Maya.

O CONTO *INIMIGOS*, DE ALCIDES MAYA

Em 1911, Alcides Maya (1878-1944) publica *Tapera*, uma coletânea de contos. Na obra encontra-se o texto *Inimigos* que, narrado em terceira pessoa, revela a disputa, primeiro íntima, depois ideológica, de dois irmãos, momentos antes de a Revolução chegar aos arames da estância que administravam.

Andrezito era o filho mais novo de Inácio Pereira. Seguindo os antigos costumes e usos, vivia atrelado às lides campeiras. Cultivava as relações campeiras – tropeiros, carreiristas e capatazes –, falava à gaúcha e andava sempre armado. Coisas que desprezava eram os livros e os jornais.

O mais velho, João Carlos, era o que os homens do campo chamavam de “doutor”. Era um rapaz estudado, que tinha viajado e, dentre seu círculo de relações, constavam amizades ilustres. Para o campo, pensava numa transformação completa. Mexeria com a pecuária, estradas, colonização de terras devolutas e com a fundação de uma charqueada moderna. Apontavam-no como próspero candidato à Intendência.

Inimigos natos, diferenciavam-se no trato da fazenda e dos homens. Se Andrezito era um ferrenho defensor de uma fazenda sem bretes, baias complicadas e raças de animais finas, o mais velho era incentivador da introdução de novas espécies, como uns reprodutores que trouxe do Prata e que morreram de *tristeza* e cujos produtos gerados não foram muito animadores aos olhos dos tradicionais familiares.

João Carlos perdia pontos com seu pai como um administrador da fazenda. Cedia, não iria mais insistir em raças finas (Durham, Hereford...), mas teimava que, no futuro, essas valeriam muito mais. Enquanto esperava, se metia na política local: exaltado membro do diretório governista local, era considerado simpatizante da manutenção da ordem.

Eram irmãos e eram rivais. Sob o mesmo teto se odiavam. Não se suportavam. Controlavam-se apenas em respeito ao pai, Inácio Pereira, um homem muito ocupado que não percebia a contenda entre as crias. Ainda vivo, Pereira deixou o comando da fazenda aos dois filhos.

Certo dia, Andrezito está mateando com um de seus agregados, Anastácio. Ambos param de debulhar espigas de milho com a chegada de Hilário, outro serviçal da fazenda. Ele traz um comunicado do coronel Maurício Alves, no qual diz que o rapaz e seus agregados

iriam se juntar com o referido coronel e tomar a estrada para a fronteira. Lá irão se encontrar com o grosso da tropa, que está junto com Joca.

Enquanto o patrão se afasta, Hilário e Anastácio concluem que se todos os ricos patrões fossem como Andrezito a sorte daqueles que dependiam da terra era outra. Logo após, começaram a pensar sobre a quase iminente revolução: um tratava com frieza e outro com indiferença. Eles concordam em um ponto: pela gratidão aos patrões deveriam empunhar armas na guerra.

Agora o antagonismo fraterno tomava cores políticas, já que Andrezito estava ao lado daqueles que, na visão governista, estavam a fim da perturbação da ordem. A revolução era esperada!

Enquanto alguns se uniam a uruguaios e argentinos, formando uma coalizão oposicionista, o governo mobilizava seus voluntários, os *patriotas*. O plantio fora interrompido, o preço das reses subira. Inúmeros animais cruzaram a linha divisória para invernadas do outro lado.

O confronto entre os Pereira se deu nos Serros da Palma. João Carlos, comandando um corpo de cavalaria auxiliar, assistia aos ataques. Entre os embates rompe uma coluna de reserva maragata que se prepara para se chocar com a do filho mais velho. E na frente dos atacantes está Andrezito. Assim como os irmãos muitos se conhecem nas duas colunas. Eram como descreve o narrador, guascas do mesmo pago. Reconheceram-se à distância. Ambos os irmãos tombam, quase ao mesmo tempo: um por uma lança no ventre, outro pela bala. Mortos. Na companhia de outros parentes, agora com os filhos mortos, Inácio Pereira deixa para trás a estância e se muda para a cidade.

A temática do conto faz pensar a respeito da reunião dos rebeldes a partir da fronteira, sobre a qual podem ser ressaltados alguns pontos. O primeiro é que alguns estancieiros da Campanha tinham terras no Uruguai, como as famílias Silva Tavares (Colônia de Sacramento) e Saraiva (Cerro Largo), por exemplo. Assim como esses, muitos outros usufruíam de posses no estrangeiro.

A família Saraiva é um bom exemplo. O pai de Gumercindo e Aparício estabeleceu-se em Cerro Largo logo após a Revolução Farroupilha (1835-45), obtendo fortuna e logrando sucesso na política local. Os filhos citados tiveram notada participação militar e política sob a bandeira do Partido *Blanco*. A ligação era verificada quando, na Revolução Federalista Gumercindo (batizado no Brasil) usava o lenço branco – no Uruguai, símbolo de seu partido;

no Rio Grande do Sul, marca dos governistas. Já Aparício – nascido e batizado no Uruguai – teve seu sobrenome castelhanizado para “Saravia” sendo assim reconhecida sua ligação com o país vizinho.

O segundo ponto que chama a atenção para a fronteira ser o ponto de reunião de alguns rebelados é que muitas lideranças, em momentos anteriores à eclosão do conflito – principalmente no que se refere aos três primeiros anos da década de 1890, quando o governo do estado do Rio Grande do Sul se encontrava em constante crise e troca de comando – já se encontravam no lado uruguaio. Gaspar Silveira Martins, o líder político dos federalistas, operava de Montevideú. Ulysses Reverbel, Gumercindo Saraiva, Marcelino Pina, Rafael Cabeda, entre outros, já preparavam seus homens para atravessar a fronteira em direção ao Rio Grande quando Joca Tavares trazia ao conhecimento geral as atrocidades castilhistas, dando início ao conflito federalista.

Logo no início do conto, o personagem Andrezito recebe a notícia de que deveria reunir seus homens e juntar as forças de alguém que o narrador chama de Joca. Numa possível aproximação com a História, esse nome pode fazer referência a João Nunes da Silva Tavares (1818-1904), também conhecido como Joca³, o qual tinha sob seu comando mais de 300 homens, sendo alguns deles recrutados já na região por onde invadiriam o Rio Grande do Sul, conhecida como Carpintaria, no lado uruguaio.

Outro ponto que merece destaque é a relação fazendeiro-empregados. Esse será um fator importante no que se refere a um conflito bélico.

A não existência de uma força militar fixa ou oficial exigia que os próprios camponeses servissem como soldados improvisados em eventuais conflitos bélicos. Isso pode ser observado, pelo menos, desde a Europa medieval, quando servos selavam acordos de fidelidade com os senhores de terra. Ao suserano era dever ceder uma parcela da terra ao servo para que produzisse o que lhe sustentasse, enquanto esse mesmo vassalo deveria, pelo contrato, literalmente pegar em armas quando o seu senhor fosse à guerra contra outro senhor feudal ou sequestrado. Isso se deu, por exemplo, nas famosas Cruzadas à Terra Santa.

Ao voltar-se ao contexto federalista, o que se percebe é que muitos fazendeiros foram obrigados a recrutar homens que lidavam com as práticas campeiras. E assim como na

³ Nascido em Herval, quando jovem lutou ao lado do pai, João da Silva Tavares, contra os farrapos. Foi preso, torturado, negou a trocar de lado, exilou-se no Uruguai. Após dez anos de conflitos chega ao posto de major, aos 27 anos. Quando estoura o conflito contra o Paraguai (1864) lidera como coronel algumas frentes de batalhas. Com o fim do conflito (1870) recebe o título de barão de Itaquí, se estabelecendo em Bagé, onde exerceria influência militar e política, até começarem os embates da Revolução Federalista.

Europa antiga, muitas vezes a seleção dos soldados por meio de crianças, jovens e idosos – indivíduos que em tempos de paz seriam considerados inaptos ao serviço militar.

Além, é claro, daqueles que eram forçados quando uma tropa passava por uma estância e “recolhia” os que eram considerados aptos a participar do conflito. E, como evidenciam os personagens Anastácio e Hilário, existiriam aqueles que lutariam por se sentirem gratos aos patrões:

Hilário confiava no valor dos chefes, aos quais estava preso ao mesmo tempo pela gratidão e pelo hábito. Anastácio ‘nem esperava, nem desesperava’, e, embora estimulado vagamente por uma solidariedade de instinto, supunha-se movido apenas pela dedicação que ao moço consagrava (MAYA, 2003, p. 138).

Anastácio, apesar de se comprometer em seguir o patrãozinho na revolução, reflete que “Guerra servia pra se tirar vingança, se ficar com o alheio e se trazer na garupa o chinaredo-flor” (p. 139).

Por fim, é possível verificar no conto aspectos dos partidos envolvidos na Revolução Federalista – Republicano (Governista) e Federalista (Rebelde) – com as facções envolvidas na narrativa.

No início de fevereiro de 1893, Joca Tavares conclamava revoltosos contra a ditadura positivista de Júlio de Castilhos. Mas, desde antes, muitos se reuniam (incluindo estrangeiros) na região da Campanha com o objetivo de remover o governo. Em março de 1892 (Bagé), componentes de correntes disformes, como republicanos dissidentes e liberais, fundavam o Partido Federalista.

A construção da narrativa não revela se Andrezito é filiado a algum partido. Mas mostra que ele escolheu um lado. E esse lado foi escolhido, talvez, como antagonismo frente à escolha do irmão mais velho, que era filiado ao partido governista. No lado do conflito escolhido por Andrezito, a maioria dos homens vinha da fronteira, conforme Hilário:

Vosmicê, mais o seu povo, vão com o coronel; e de lá, rumbeamo pra a fronteira encontrar o grosso da gente que vem com o Joca. A causa promete, que todos querem pelear, e hay mais emigrados do que bosta de colhudo [...] (MAYA, 2003, p. 137).

Traça-se a relação: assim como na história do conflito, aqueles que almejavam o poder se estabeleceram na fronteira, no conto se dá da mesma forma.

No dia oito de fevereiro de 1893, data da sua posse como Presidente do Estado, Júlio de Castilhos promete ser tolerante com opiniões divergentes e protestos pacíficos, mas que qualquer opção diferente destas seria severamente punida – apoiado na autoritária Constituição Estadual de 1891. A partir desse discurso as primeiras hordas federalistas atravessam a fronteira.

João Carlos é membro do diretório local do partido governista. Ele é um simpático da ordem social. E assim como os republicanos castilhistas, João Carlos tentava também a modernização do campo, sofrendo resistência da parcela tradicional daqueles que trabalhavam com a agricultura e a pecuária – esses por consequência estavam mais ligados aos interesses federalistas.

Temos aqui o homem que vai para cidade, que se moderniza, estuda, viaja, conhece diferentes tecnologias para o trabalho no campo e que é visto como algo maléfico, negativo para aquela sociedade conservadora.

CONCLUSÃO

No conto *Inimigos* tem-se o retrato da Revolução Federalista de cunho ideológico. Ali, fica evidente a opção por lados distintos da batalha promovendo uma divisão na família. Diferentemente do discurso histórico a narrativa ficcional mostra-se capaz de captar os elementos emocionais do evento.

Referências Bibliográficas

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: AGUIAR, F. *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, pp. 107-15.

MAYA, Alcides. *Tapera*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003.

MIGNOLO, Walter. “Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia e vice-versa.” In: *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 1995, pp. 115- 135.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo III. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1997.

Recebido em 14/12/2015.

Aceito em 07/04/2016.